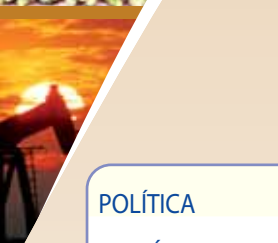




# ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 14 No 4 Junho 2012



## Visão 2050 SADC pondera futuro

por Joseph Ngwawi

SADC ESTA a definir um novo plano de desenvolvimento, que deverá delinear a agenda de integração regional da África Austral até 2050.

A Visão 2050 da SADC visa proporcionar um quadro para uma visão de longo prazo para a SADC uma vez que a região procura posicionar-se num contexto global de assuntos emergentes e continentais como as mudanças climáticas, a democratização das Nações Unidas e a crescente instabilidade financeira.

De acordo com o presidente da SADC, o Chefe de Estado angolano José Eduardo dos Santos, a intenção é pôr em marcha uma agenda de desenvolvimento que leve em conta a dinâmica de eventos e assuntos que afectam não só a região da África Austral, mas também o resto do mundo.

"Nós propomos que a nossa organização tenha, ao mais alto nível, uma reflexão alargada sobre a nossa visão e nossos objectivos estratégicos num horizonte de longo prazo", disse ele.

Dos Santos salientou que isso deve minimizar as potenciais ameaças de assuntos emergentes globais e assegurar que os objectivos estratégicos da SADC não estejam em perigo.

O presidente angolano advertiu que sem uma posição comum sobre questões globais "corremos o risco de sofrer os seus efeitos indesejáveis, tanto em todos os nossos Países e na região como um todo."

O rumo do crescimento económico em vários Estados membros da SADC é influenciado pela evolução dos preços globais dos bens, devido à dependência relativamente alta na exportação de bens, principalmente minerais, incluindo petróleo bruto, ouro, diamantes e platina, assim como o tabaco, açúcar e algodão.

Por exemplo, a crise global de 2008/09 resultou numa redução no valor dos minerais em nove economias da África Austral.

Os sectores mais afectados em 2009 foram o petróleo e a mineração, devido à sua sensibilidade às mudanças globais do PIB. Assim, Angola, Botswana, RDC, Moçambique e Namíbia foram negativamente afectados.

Outros Países como o Lesotho, Madagáscar, Maurícias e, até certo ponto a Swazilândia, que são fortemente dependentes da exportação de produtos sensíveis como vestuário e têxteis, foram severamente afectados em termos de redução dos retornos de exportação e de desemprego.

Durante a Cimeira Extraordinária realizada em Luanda, em Junho, Dos Santos apresentou aos outros Chefes de Estado e de Governo uma proposta sobre a necessidade do desenvolvimento da Visão 2050 para SADC.

*continua na página 2...*

POLÍTICA	3
COMÉRCIO	4
INFRA-ESTRUTURAS	5
BIODIVERSIDADE	6
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	7
ENERGIA	8-9
UNIÃO AFRICANA	10
GENÉRO	11
COOPERAÇÃO	12
TURISMO	13
ELEIÇÕES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

## Visão 2050, SADC pondera futuro

A proposta foi remetida aos Estados-Membros para novas consultas e contribuições.

"As contribuições deste processo serão consolidadas e submetidas ao Conselho de Ministros e à próxima Cimeira agendada para Agosto de 2012", indica o comunicado final da Cimeira Extraordinária.

SADC está em processo de contratação de consultores para realizarem a revisão intermédia independente do seu Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional (RISDP), um plano de integração regional de 15 anos.

O objectivo é analisar o desempenho da SADC e identificar os desafios encontrados e as lições aprendidas durante a implementação do RISDP 2005-2010.

Uma avaliação inicial do RISDP realizado pelo Secretariado da SADC, no início de 2012, revelou que todos os sectores têm sido capazes de alcançar totalmente ou parcialmente a maior parte dos resultados e metas dentro do período estipulado.

A SADC desenvolveu, adoptou e aprovou políticas essenciais, protocolos e quadros legais, estabeleceu mecanismos de execução e aumentou a sua visibilidade desde que a implementação do RISDP começou em 2005.

As questões identificadas pela avaliação como alguns dos principais desafios a serem abordados nos próximos 10 anos de implementação do RISDP incluem a necessidade de: facilitar a implementação a nível dos Estados-Membros; garantir estruturas eficazes para o Secretariado e cooperação dos Estados-Membros; aprofundar a consulta a nível dos Estados-Membros; garantir metas realistas; concluir a avaliação

do RISDP em curso; e, os constrangimentos relacionados com os recursos humanos, financeiros e técnicos no Secretariado da SADC.

A análise documental também identificou a necessidade de: reforço da monitoria e avaliação; integração de assuntos transversais no RISDP como género e mudanças climáticas, melhoria da capacidade técnica do Secretariado; manutenção da SADC como uma plataforma para a tomada de posições comuns pan-africanas e globais; e garantir uma participação mais eficaz e eficiente das partes interessadas.

A Cimeira Extraordinária notou que o Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas está sendo finalizado. Este plano será a base para implementação de redes de infra-estruturas nos principais sectores como energia e transporte, incluindo corredores marítimos, tecnologias de informação e comunicação, turismo e infra-estrutura de água, e terá em conta as especificidades dos Estados membros insulares.

Cimeira aprovou uma proposta para incluir programas específicos para desenvolver a infra-estrutura que ligam, via marítima, os Estados insulares da região da SADC como parte do Plano Director de Infra-estruturas.

"Infelizmente, tem sido comum que organizações africanas continentais, por vezes, negligenciem as necessárias infra-estruturas do seu espaço marítimo.", observou o Ministro das Relações Exteriores das Seychelles, Jean-Paul Adam.

O aguardado lançamento do Plano Director de Infra-estruturas da SADC deverá permitir que a região estabeleça uma rede de infra-estrutura transfronteiriça eficiente,

transparente e de baixo custo para apoiar o desenvolvimento socioeconómico dos Estados-Membros.

Uma rede de transportes vibrante pode acelerar a integração regional, bem como assegurar que a Área de Comércio Livre da SADC (ACL), lançada em 2008, e a iminente União Aduaneira da SADC sejam implementadas com sucesso, eliminando os atrasos nos postos fronteiriços e promovendo a livre circulação de bens e serviços em toda a África Austral.

Alguns dos programas que o plano abarca incluem a ponte de Kazungula ligando o Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe, a proposta linha de transmissão de energia Zimbabwe-Zâmbia-Botsuana-Namíbia, que liga os quatro Países e que é conhecida por ZiZaBoNa, e a linha ferroviária de Benguela que liga a Angola e a Zâmbia.

A Cimeira Extraordinária de Luanda também mandatou o Conselho de Ministros, e em particular os Ministros da SADC responsáveis pelas Finanças e Investimento, para agilizar o processo visando o estabelecimento do Fundo de Desenvolvimento da SADC, que, entre outras coisas, vai assegurar a disponibilidade de recursos para financiar programas de infra-estruturas regionais.

A marcha para a integração regional na África Austral tem sido adiada pelo ritmo lento da execução dos projectos e programas, devido à falta de financiamento adequado.

Até certo ponto, esta situação está relacionada a actual estrutura de financiamento da SADC, onde os Estados-Membros contribuem com cerca de 40 por cento do orçamento anual, sendo o restante disponibilizado por Parceiros de Cooperação Internacional. r

## SADC apoia Dlamini-Zuma para a liderar a Comissão da UA

A SADC reforçou o seu apoio a Ministra Sul-Africana dos Assuntos Internos, Nkosazana Dlamini-Zuma, para liderar a Comissão da União Africano (AU).

As eleições para a escolha do novo Presidente da Comissão da UA vão decorrer durante a 19a Cimeira da UA, marcada para os meados de Julho na Etiópia.

Dlamini-Zuma vai disputar o cargo com o actual Presidente da Comissão, Jean Ping, do Gabão. A eleição para a escolha do Presidente da Comissão da UA, foi suspensa na anterior cimeira da UA quando nenhum vencedor surgiu após várias rondas de votação.

A falha de Ping em garantir dois terços dos votos, mesmo como o único candidato na última ronda, foi vista como um voto de não confiança, uma vez que havia muita inquietação entre os vários líderes da UA sobre o tratamento dos conflitos recentes no continente, particularmente na Costa do Marfim e na Líbia.

A SADC disse que agora chegou o tempo para a África Austral liderar a Comissão da UA uma vez que todas as outras regiões de África já tiveram a oportunidade de ocupar este importante cargo da UA.

A Nigéria, através do Vice-Presidente Mohammed Namadi Sambo, já lançou o seu apoio a Dlamini-Zuma, e estados membros da SADC estão a fazer campanhas junto dos outros líderes africanos para apoiarem o seu candidato.

O Quênia disse publicamente que quer manter o seu status quo, pois têm o seu homem, Erastus Mwencha, como vice-presidente da Comissão da UA.

Caso Dlamini-Zuma seja eleita, será a primeira mulher a liderar a Comissão da UA. r

## SEAC

## Conselho Consultivo incentiva a adesão aos princípios e directrizes eleitorais da SADC

O CONSELHO consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) foi incumbido de incentivar a adesão aos princípios e directrizes que regem a realização de eleições.

O SEAC, um órgão de 15 membros instituído em Abril de 2011, tem o mandato de aconselhar a SADC em matéria eleitoral e questões relativas ao reforço da democracia e da governação.

Aprovados em Agosto de 2004, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo nas Ilhas Maurícias, os princípios e directrizes contêm procedimentos a serem seguidos por equipas de observadores da SADC e as normas mínimas que um Estado-Membro deve seguir, caso pretenda que a sua eleição seja declarada livre e justa.

As directrizes eleitorais visam reforçar a transparência e credibilidade das eleições e governação democrática, bem como garantir a aceitação dos resultados eleitorais por todos os partidos concorrentes.

No entanto, as referidas directrizes não são juridicamente vinculativas e são subservientes às disposições legais nacionais.

Não é obrigatória que um Estado-Membro que tenha eleições convide uma Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) para observar as suas eleições. Secção 3.1 dos princípios e directrizes refere que a SEOM terá um papel apenas "no caso de um Estado-Membro considerar necessário convidar SADC para observar as suas eleições."

Além de garantir o cumprimento dos princípios eleitorais e directrizes da SADC, o SEAC deverá incentivar o desenvolvimento,

melhoria e revisão das leis eleitorais e regulamentos nos Estados-Membros da SADC, e desenvolver estratégias sobre como lidar com disputas eleitorais na região.

Inicialmente concebido em 2005, o SEAC é um órgão estatutário criado no âmbito do Comité de Política e Diplomacia Inter-estatais da SADC (ISPDC) para aconselhar os Estados-Membros em matéria eleitoral

O ISPDC reporta ao Comité Ministerial do Órgão Político (MCO) de Defesa, Segurança e Cooperação, composto pelos ministros responsáveis pelas relações externas, defesa e segurança dos Estados Membros da SADC. Por sua vez, o MCO reporta as suas actividades à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

O SEAC é guiada por vários documentos da SADC, incluindo os princípios da SADC e Directrizes Reguladores de Eleições Democráticas, e, como órgão oficial da SADC, é capaz de se envolver com os Países em todos os níveis, tanto governamentais como não governamentais.

O SEAC é composto por um representante de cada Estado-Membro, escolhidos e nomeados pela MCO a partir de uma lista de individualidades designadas pelos governos.

Para evitar conflito de interesses, os membros do SEAC não podem ser membros do Parlamento ou ministros, não podem estar no activo na arena política e partidária ou fazer parte de qualquer organismo de gestão eleitoral.

Eles devem ser indivíduos de grande reputação, com experiência em questões de democracia e governação e devem ter mais de 40 anos de idade.

O reformado Juiz da Tanzânia, John Tendwa, é o Presidente inaugural do SEAC. Tendwa lidera outros 14 ex-juizes, embaixadores, professores e funcionários da sociedade civil da região da SADC nomeados para o SEAC.

Outros membros são o diplomata angolano Virgílio Marques de Faria, Professor Malumalu Appollinaire, da República Democrática do Congo, Abel Leshele Thoahlane, do Lesoto, o Juiz Malawiano, Maxon Mbendera, Orlanda Rafael, de Moçambique, Prof Gerard Totemeyer, da Namíbia, o Juiz das Seychelles, Bernadin Renaud, A Advogada Zambiana, Gertrude Imbwae, e o Embaixador Zimbabweano, Prof Hasu Patel.

A Candidata do Botswana, Gloria Somolekae, que tinha sido inicialmente escolhida pelo Governo, renunciou ao posto depois de ser nomeada membro do Parlamento e Ministra adjunto das Finanças e Planeamento do Desenvolvimento. O Botswana vai ainda apresentar um substituto.

O governo Sul-Africano reencaminhou o seu primeiro membro para outras funções, o Embaixador Ajay Bramdeo, e, portanto, ainda vai apresentar o nome de um substituto.

As Maurícias e Swazilândia ainda vão apresentar os seus candidatos, enquanto o Madagáscar está suspenso da participação activa nas actividades regionais. r

## Princípios e Directrizes Reguladores de Eleições Democráticas na SADC

**OS PRINCÍPIOS** e Directrizes Reguladores de Eleições Democráticas na SADC delineiam as responsabilidades e código de conduta para os observadores eleitorais, bem como as expectativas de Países com processos eleitorais.

A Carta define os seguintes princípios básicos para a realização de eleições democráticas que os Estados Membros da SADC devem seguir, embora não de forma obrigatória:

- A participação plena dos cidadãos no processo político;
- A liberdade de expressão;
- Tolerância política;
- Intervalos regulares para as eleições em conformidade com as respectivas constituições nacionais;

- Igualdade de oportunidades para que todos os partidos políticos tenham acesso aos meios de Comunicação social do Estado;
- Igualdade de oportunidades para exercer o direito de voto e ser eleito;
- Independência e imparcialidade das instituições Judiciais e Eleitorais;
- Educação Cívica;
- Aceitação e respeito dos resultados das eleições, pelos partidos políticos, quando o processo for proclamado livre e justo por parte das autoridades nacionais eleitorais em conformidade com a lei, e
- Contestação dos resultados de acordo com a lei. r

## Negociações África-UE Primeiro acordo de Parceria Económica entra em vigor...

**AS NEGOCIAÇÕES** sobre um acordo económico entre a África Oriental e Austral (ESA) e a União Europeia registaram progressos em Maio, quando as duas partes concordaram em iniciar a implementação de um acordo provisório.

O Acordo provisório de Parceria Económica (EPA) entre a UE e quatro Estados da África Oriental e Austral - Ilhas Maurícias, Madagáscar, Seychelles e Zimbabwe - entrou em vigor a 14 de Maio, após vários anos de negociações.

O acordo prevê o acesso ao mercado livre da UE de direitos de importação e citações para as exportações dos quatro países, que, por sua vez, são obrigados a abrir gradualmente os seus mercados para as exportações europeias ao longo de um período de 15 anos, com excepções para determinados produtos que os Países consideram sensível.

O acordo abrange as disposições relativas às regras de origem, cooperação para o desenvolvimento, a pesca, instrumentos de defesa comercial e solução de controvérsias

O grupo dos ESA é composto pelas Comores, Djibouti, Etiópia, Eritreia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Seychelles, Sudão, Zâmbia e Zimbabwe.

As Comores, Madagáscar, Maurícias, Seychelles, Zâmbia e Zimbabwe concluíram um EPA provisório com a UE no final de 2007, e os quatro primeiros Países assinaram o referido acordo em Agosto de 2009, nas Ilhas Maurícias.

Os quatro países já completaram as etapas de ratificação para que o acordo possa ser aplicado.

Todos os quatro Países que operacionalizaram o acordo são também Estados Membros da SADC.

Os EPA são acordos comerciais e de

desenvolvimento que a UE está actualmente a negociar com seis Países das regiões de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Estas regiões são SADC, ESA, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEMAC) e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), e grupos que representam as Caraíbas e o Pacífico.

Eles procuram substituir os capítulos comerciais do Acordo de Cotonou de 2000 entre a UE e os Países da ACP.

Em 2000, os países da ACP e a UE optaram por um comércio mais ambicioso e desenvolvimento relações que

### ...e as negociações continuam na SADC

**AS DISCUSSÕES** estão ainda em curso entre a União Europeia e o grupo da SADC para produzir um Acordo abrangente de Parceria Económica (EPA) entre as duas regiões.

Várias questões têm paralisado as negociações, incluindo como embarcar em acordos comerciais complexas e numerosas na África Austral, mantendo a coerência na região.

Outros desafios têm a ver com a forma de lidar com os serviços, investimentos e outras questões ligadas ao comércio, tais como regras de origem, assim como algumas disposições textuais do texto provisório do EPA que parece favorecer uma parte em detrimento da outra.

O grupo de negociação da SADC inclui Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Suazilândia e República Unida da Tanzânia.

A África do Sul participa no grupo da SADC, mas apenas como um observador, uma vez que este País já tem um acordo comercial com a Europa.

abrangem não apenas o comércio de mercadorias, mas também serviços, relacionados com regras de comércio, investimento e cooperação para o desenvolvimento.

As negociações para um comércio abrangente e acordos de desenvolvimento iniciaram em 2002. No entanto, ficou claro no final de 2007, que não seria possível para todas as regiões da ACP concluírem as negociações antes do fim do regime comercial de Cotonu a 31 de Dezembro de 2007.

Uma série de acordos provisórios foram concluídos para minimizar a interrupção do comércio para os Países ACP

decorrentes da expiração do regime comercial de Cotonu em 2008, mantendo o progresso rumo aos EPA regionais abrangentes.

A entrada em vigor do EPA provisório com os quatro Países da ESA é visto como um trampolim para um acordo mais amplo e abrangente actualmente em negociação entre a UE e todos os ESA.

No entanto, a adesão de vários grupos de negociação não reflecte a participação das Comunidades Económicas Regionais (CERs). Por exemplo, o grupo ESA não é composto por todos os Países da África Oriental e Austral.

Da mesma forma, o grupo de negociação da SADC, composta por Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Swazilândia e República Unida da Tanzânia, também não é composto por todos os Estados Membros da SADC.

Falando na cerimónia para marcar o início do processo de implementação dos EPA entre a UE e a ESA, o comissário europeu do Comércio, Karel de Gucht, disse que o acordo com os quatro Países foi resultado de "trabalho duras negociações" de ambos os lados.

"Com este acordo de comércio esperamos acompanhar o desenvolvimento dos nossos parceiros na África Oriental e Austral e abrir mais oportunidades de negócios duradouros", disse ele. r

### Estados Membros da SADC que negociam o EPA com a EU

Grupo da SADC	África Oriental e Austral (ESA)	Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEMAC)
Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Swazilândia e Tanzânia	Maurícias, Madagáscar, Malawi, Zâmbia e Zimbabwe	República Democrática do Congo

*Nota: África do Sul é um observador no Grupo da SADC*

## Posto fronteiriço de paragem única em Chirundu: Um enorme sucesso

O POSTO fronteiriço de paragem única em Chirundu, entre a Zâmbia e o Zimbabwe, reduziu para mais de metade o tempo de espera para os operadores de transportes e melhorou o fluxo geral de pessoas e mercadorias, em conformidade com a agenda de integração regional da SADC.

De acordo com um relatório de progresso sobre a implementação do programa Corredor Norte-Sul, pelo Grupo de Trabalho Tripartido para a SADC, o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC), o posto fronteiriço de paragem única em Chirundu, desde a sua criação em Novembro de 2009, resolveu os problemas de atrasos na fronteira e facilita o comércio entre os Estados membros.

Por exemplo, o tempo de espera reduziu 50 por cento em média para o transporte de mercadorias e em 83 por cento para o transporte de passageiros. Agora, os camiões de transporte levam cerca de um para todas as formalidades de imigração e alfandegárias na fronteira, contra os anteriores três dias necessários para esta operação.

Os veículos de passageiros levam muito menos tempo - uma média de 30 minutos contra as anteriores três horas.

O relatório observa que as reduções dos tempos de travessia foram possíveis através de mudanças adicionais, tais como a melhoria das comunicações entre os lados da fronteira da Zâmbia e do Zimbabwe.

Ao abrigo do regime de posto fronteiriço de paragem única, os viajantes são submetidos as formalidades de migração apenas uma vez para a passagem de um País para outro, em contraste com a situação actual, onde os viajantes têm de obedecer formalidades alfandegárias em ambos os lados da fronteira.

O COMESA-EAC-SADC seleccionaram Chirundu, há alguns anos como um dos postos fronteiriços para a fase piloto da iniciativa de posto fronteiriço de



Camiões de mercadorias no posto fronteiriço de Chirundu

paragem única que visa facilitar o comércio e circulação de bens e serviços nas regiões Oriental e Austral da África, e Chirundu tornou-se um novo marco para a integração regional.

Este desenvolvimento elimina as questões de atrasos e promove o bom fluxo de bens através da remoção dos procedimentos operacionais, vistos muitas vezes como "restritivos", nas fronteiras.

A longo prazo, o conceito de posto fronteiriço de paragem única vai procurar harmonizar as leis de imigração e procedimentos alfandegários nos postos de fronteira na região Oriental e Austral de África.

Outros portos de entrada identificados para a

implementação deste conceito incluem o posto fronteiriço de Beitbridge ligando África do Sul e Zimbabwe, e o posto de Kasumbalesa, entre a Zâmbia e a República Democrática do Congo.

Beitbridge e Chirundu são considerados entre os mais movimentados cruzamentos de fronteira da África subsaariana com centenas de caminhões comerciais movimentando-se no sentido norte-sul ou a atravessarem os dois postos de fronteira todos os dias.

A luz da iniciativa do Corredor Norte-Sul, o COMESA, EAC e SADC identificaram modernização dos postos de fronteira como

uma das iniciativas para melhorar a infra-estrutura e aumentar o comércio intra-regional na África Oriental e Austral.

Mais de 1,2 biliões dólares norte-americanos foram mobilizados para implementar o projecto do Corredor Norte-Sul, que atravessa oito países da África Oriental e Austral.

Os programas planeados incluem a construção de mais de 8.000 quilómetros de estradas, reabilitação de 600 km de via-férrea e modernização do porto de Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia - um dos maiores e mais movimentados portos em África. r

## Via fluvial Shire-Zambeze vai impulsionar o comércio na África Austral

A CRIAÇÃO de vias navegáveis entre os rios Shire-Zambeze, que envolve três países da África Austral, poderá impulsionar o comércio na SADC e aprofundar a integração entre os Estados membros.

Malawi, Moçambique e Zâmbia - os Países em desenvolvimento das vias navegáveis do Shire-Zambeze - receberam, em Abril, um donativo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), através do Secretariado da SADC, a realizar um estudo de viabilidade sobre a

navegabilidade nos rios Shire e Zambeze.

O projecto envolve a construção de um porto fluvial e estabelecimento de um sistema de transporte fluvial directa entre Nsanje, no sul do Malawi, e do porto de Chinde, em Moçambique, numa extensão de cerca de 238 quilómetros.

O projecto será uma rota alternativa para o acesso ao Oceano Índico para Estados Membros da SADC encravados no interior, nomeadamente a Zâmbia e Malawi, através de Moçambique.

O porto interior proposto terá uma vida útil de mais de 50 anos e será projectado para lidar com diferentes tipos de navios, com capacidade de carga de até 48 contentores.

Após a sua conclusão, o porto poderá receber mais de 10.000 contentores por ano, reduzindo assim os custos de transporte para os exportadores e importadores de Estados Membros da SADC do interior que agora usam o porto de Durban, na África do Sul, como rota para o mar. r

2020

## Rumo a protecção da biodiversidade

por Kizito Sikuka

**ÁFRICA ESTÁ** a fazer um progresso constante no sentido de reduzir as pressões directas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável dos recursos naturais, salvaguardando diferentes ecossistemas.

O Secretário Executivo do Secretariado da Convenção sobre a Diversidade Biológica, Braulio de Souza Dias, disse que este progresso deve ser mantido e melhorado para garantir que até 2020 os ecossistemas sejam resistentes e continuem a fornecer serviços essenciais, garantindo assim a variedade de vida do planeta e contribuindo para a saúde humana, bem-estar e erradicação da pobreza.

A meta de 2020 faz parte do Plano Estratégico das Nações Unidas para a Biodiversidade e é também um dos principais objectivos da Meta de Biodiversidade Aichi adoptados em 2010 para lidar com as causas subjacentes da perda de biodiversidade através da integração da biodiversidade em todos os sectores.

As metas de biodiversidade Aichi, por exemplo, identificaram cinco objectivos estratégicos e 20 objectivos ambiciosos realizáveis.

A sua finalidade é inspirar uma ampla acção de apoio à biodiversidade durante a década de 2011-2020 por todos os Países e partes interessadas, promovendo a aplicação coerente e eficaz dos três objectivos da Convenção sobre Diversidade Biológica - a conservação da biodiversidade, uso sustentável da biodiversidade e repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos.

Falando num recente seminário regional para África sobre a actualização de estratégias nacionais de biodiversidade e planos de acção, realizado na Etiópia, de Souza Dias disse que,

apesar dos desafios de reduzir as pressões directas sobre a biodiversidade, a África deve continuar com uma ampla acção de apoio à biodiversidade.

"Alguns avanços importantes foram feitos na região para promover a biodiversidade e o uso sustentável", disse ele, acrescentando que uma série de Países da África têm sido bem sucedidos na integração da biodiversidade nas estratégias de redução da pobreza e na participação das comunidades locais na gestão das áreas protegidas.

"Nenhuns destes são vitórias fáceis. Eles exigem compensações entre os interesses dos diferentes sectores da sociedade. Eles podem ser politicamente difíceis de alcançar por isso gostaria de saudar estes esforços."

Apesar do progresso notável registado em África, há necessidade de intensificação de esforços para garantir que a África e o resto do mundo sejam capazes de atingir as metas desejadas em 2020.

Por exemplo, várias pessoas em todo o mundo continuam a não se preocupar com a perda permanente da vida na Terra. Isso porque a maioria das pessoas e formuladores de políticas continua a ignorar as contribuições insubstituíveis que a biodiversidade faz para o bem-estar humano.

Como resultado, há uma grande necessidade de intensificar os esforços que estimulem a redução das pressões directas sobre a biodiversidade.

Os países devem também intensificar os esforços para promover o uso sustentável do ambiente, salvaguardando os diferentes ecossistemas.

Ecossistemas são fundamentais para a vida humana porque fornecem uma

variedade de bens e serviços sobre os quais as pessoas dependem. Um ecossistema é um sistema biológico composto por todos os organismos vivos numa determinada área e componentes não-vivos ou abióticos com os quais os organismos interagem como o ar, solo, água e luz solar.

Os principais processos nos ecossistemas incluem a captura de luz e energia de carbono através da fotossíntese, a transferência de carbono e energia através das cadeias alimentares, e a liberação de nutrientes e carbono através da decomposição. r

## Objectivos de Biodiversidade de Aichi

- **Objectivo A**
  - o Lidar com as causas subjacentes da perda de biodiversidade através da integração da biodiversidade no Governo e na Sociedade
- **Objectivo B**
  - o Reduzir as pressões directas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável
- **Objectivo C**
  - o Melhorar o estado da biodiversidade salvaguardando os ecossistemas, espécies e diversidade genética
- **Objectivo D**
  - o Reforçar os benefícios para todos os serviços de biodiversidade e dos ecossistemas
- **Objectivo E**
  - o Reforçar a aplicação através de um planeamento participativo, gestão do conhecimento e capacitação. r

## Década das Nações Unidas sobre a Biodiversidade

**DEPOIS DE 2010** ter sido considerado Ano Internacional da Biodiversidade, a ONU declarou 2011-2020 como a Década da Biodiversidade, destinada a promover e aumentar a consciencialização sobre o Plano Estratégico para a Biodiversidade e as metas de biodiversidade de Aichi.

As metas são objectivos específicos que estão relacionados com os temas

gerais e metas do Plano Estratégico.

O objectivo do plano é garantir que os Países "tomem medidas eficazes e urgentes para travar a perda da biodiversidade, a fim de garantir que, até 2020, os ecossistemas sejam resistentes e continuem a fornecer serviços essenciais, garantindo assim a variedade da vida no planeta e contribuindo para o bem-estar e erradicação da pobreza." r



## SADC apoia candidatura da Namíbia para acolher Fundo Verde do Clima

OS LÍDERES da SADC aprovaram uma oferta da Namíbia em acolher o secretariado do Fundo Verde do Clima a ser criado pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Climas (UNFCCC).

O Fundo, anunciado em Dezembro de 2011 em Durban, África do Sul, durante a 17ª Conferência das Partes (COP17) para a UNFCCC, visa apoiar a mitigação das mudanças climáticas e medidas de adaptação nos Países em desenvolvimento.

O fundo deverá mobilizar e desembolsar cerca de 100 biliões de dólares norte-americanos por ano até 2020, começando com 30 biliões de dólares a partir de 2012 para ajudar as comunidades a lidarem com questões relacionadas com as mudanças climáticas, de acordo com UNFCCC.

Seis países em diferentes partes do mundo manifestaram interesse em acolher o fundo - Namíbia, México, República da Coreia, Alemanha, Polónia e Suíça.

A decisão sobre o País de acolhimento deverá ser feita ainda este ano e apresentada para aprovação, durante a Conferências sobre Mudanças Climáticas em Doha, no Catar, em Dezembro. O Secretariado provisório está em Bona, na Alemanha.

Na Cimeira Extraordinária da SADC, realizada em Junho, em Luanda, sob a presidência de Angola, os líderes da África Austral endossaram a candidatura da Namíbia para acolher o Fundo Verde do Clima, e concordaram em fazer campanhas junto da União Africana para apoiar a Namíbia e garantir que o continente Africano tenha um candidato comum.

O endosso pela UA, que é amplamente esperado, daria mais peso a candidatura da Namíbia uma vez que há algum consenso verbal, no seio da comunidade global, de que um fundo deveria estar num País em desenvolvimento, onde os efeitos das mudanças climáticas se fazem sentir mais devido aos elevados níveis de pobreza e a

reduzida capacidade de se adaptar.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros das Seychelles, Jean-Paul Adam, disse que a Namíbia é um candidato ideal para acolher o fundo do clima uma vez que os Países de renda média são muitas vezes excluídos do financiamento das mudanças climáticas devido ao seu relativamente alto Produto Interno Bruto per capita doméstico.

"A candidatura da Namíbia representa um passo importante na nossa procura pela justiça em termos de mecanismos internacionais de desenvolvimento", disse ele, acrescentando que a África Austral e todo o continente Africano "deve ser activista na

luta contra as mudanças climáticas".

Esta abordagem pró-activa pode incluir a intensificação dos esforços para o acesso ao fundo através da identificação conjunta de projectos que seriam apropriados para o financiamento.

Pesquisas mostram que a maioria dos financiadores tendem a favorecer os projectos regionais do que projectos de cada País pois os projectos conjuntos têm maior impactam e promovem a integração regional.

Exemplos de projectos regionais que a SADC poderia considerar para financiamento no âmbito do Fundo Verde do Clima incluem a estação hidroeléctrica de Inga, na República Democrática do Congo, o projecto hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa, em Moçambique, e o projecto de gás de Kudu, na Namíbia.

Embora tenha havido algum ceticismo sobre a magnitude dos números e das condições de acesso aos fundos, a criação do fundo representa mais um passo para enfrentar as mudanças climáticas nos Países em desenvolvimento.

O Fundo Verde do Clima poderá promover a mudança de paradigma para as vias de desenvolvimento com emissões baixas e resistentes às alterações climáticas através do apoio aos países em desenvolvimento para limitar ou reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e de adaptação aos impactos das mudanças climáticas.

O Conselho é composto por 24 membros, com igual representação de Países desenvolvidos e em desenvolvimento, e será apoiada por uma secretaria independente para administrar os fundos. O Banco Mundial servirá como administrador provisório para os três primeiros anos.

A criação do Fundo do Clima Verde iniciou na conferência sobre mudanças climáticas realizada em 2010, em Cancun, no México. [sardc.net](http://sardc.net)



Deserto da Namíbia

## Tudo pronto para Rio +20

RIO DE Janeiro, Brasil, vai acolher a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, de 13 a 22 de Junho.

Apelidado de Rio +20, a reunião ocorre 20 anos após a Cimeira da Terra de 1992, realizada no Rio, onde os membros das Nações Unidas aprovaram a Agenda 21 - um plano abrangente de acção a ser tomada a nível mundial,

nacional e localmente por organizações das Nações Unidas, governos e grandes grupos em cada área em que os seres humanos afectam directamente o meio ambiente.

Também ocorre uma década depois da Cimeira Mundial de 2002 sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada em Johannesburgo, África do Sul.

Na preparação para a Cimeira Rio +20, a África Austral é



guiada pela posição da África, que foi adoptada em Outubro de 2011 pelos Ministros africanos Responsáveis pelo Meio Ambiente. A posição comum chama os países industrializados a cumprir os compromissos anteriores e a se comprometerem a ajudar os esforços de África para o desenvolvimento sustentável.r

**ACESSO À energia** é amplamente considerado como o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) "em falta" e o debate, entre os especialistas em desenvolvimento, sugere que a erradicação da pobreza e a condição socioeconómica global poderia melhorar caso a energia fosse identificada como o nono ODM.

A comunidade global adoptou oito ODM em 2000 para melhorar as condições gerais socioeconómicas no mundo, particularmente nos Países em desenvolvimento. Essas metas abarcam várias áreas desde género, educação, saúde, pobreza e meio ambiente.

Enquanto um progresso notável foi registado na implementação de algumas das metas acordadas, a maioria dos Países ainda não estão no caminho certo para atingir as metas desejadas em 2015 devido a vários factores, tais como recursos limitados, bem como novos e emergentes desafios, incluindo as mudanças climáticas.

No entanto, especialistas em desenvolvimento argumentam que a inclusão da energia na lista dos ODM original teria um impacto sobre a forma como o mundo responde às questões do desenvolvimento sustentável e redução da pobreza.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por exemplo, diz que a energia é fundamental para o desenvolvimento sustentável e para os esforços de redução da pobreza.

A Energia afecta todos os aspectos do desenvolvimento: sociais, económicos e ambientais, incluindo os meios de vida, acesso à água, a produtividade agrícola, saúde, níveis de população, educação e assuntos relacionados ao género.

"Nenhum dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio podem ser alcançados sem grande melhoria na qualidade e quantidade de serviços energéticos nos Países em desenvolvimento", observa o PNUD.

Neste sentido, há necessidade da comunidade global intensificar os esforços que melhoram o acesso à energia como uma ferramenta fundamental para a realização da maioria dos ODM, especialmente a Meta 1 que procura reduzir para metade a proporção de pessoas vivendo na pobreza em 2015.

A População da SADC totaliza cerca de 270 milhões e, de acordo com algumas estimativas, apenas 30 por cento têm acesso à energia na forma de electricidade, principalmente nas áreas urbanas.

Este número cai para uma média de dois por cento nas zonas rurais, onde a maioria das pessoas vivem - muito longe do nível de consumo de 35 por cento que os líderes africanos se comprometeram a atingir na sua 8ª Sessão da Cimeira da União Africana em 2007.

A maioria das pessoas na África Austral ainda depende de fontes de energia tradicionais, incluindo madeira ou outra biomassa, como resíduos de culturas como o combustível dominante para cozinhar. Isso tem um custo enorme para o meio ambiente já que as famílias continuam a cortar as árvores para a obtenção do tão necessário combustível.

Portanto, atingir auto-suficiência energética seria um longo caminho para melhorar as oportunidades da SADC alcançar os ODM e criar oportunidades para as pessoas a prosperarem.

### **Energia e Erradicação da Pobreza**

O acesso à energia moderna facilita o desenvolvimento económico, através de meios mais eficientes e saudáveis para realizar as tarefas domésticas básicas e empreender actividades produtivas em geral,



## **Objectivo de Desenvolvimento do Milénio Acesso à Energia – o ODM em**

muitas vezes mais baratas do que usando os substitutos ineficientes, como velas e pilhas.

Energia moderna pode melhorar o bombeamento de água, fornecimento de água potável e aumentar a produtividade agrícola através do uso de máquinas e irrigação. Melhorar o acesso a combustíveis limpos de energia também irá garantir que a sobrecarga das mulheres em assegurar água e alimento para suas famílias seja reduzida.

### **Energia e o Acesso à Educação**

Nas comunidades rurais da região da SADC, como em outras regiões em desenvolvimento do mundo, as crianças geralmente perdem um significativo tempo a procura de lenha, água e a cozinhar em vez de frequentar a escola.

O acesso a combustíveis melhorados de cozinha ou tecnologias facilitaria, portanto, a frequência à escola. A electricidade é também importante para a educação, uma vez que melhora a comunicação, nomeadamente através da tecnologia de informação e pela garantia de disponibilidade de necessidades básicas, tais como a iluminação.

### **Energia e Igualdade de Género**

Melhoria do acesso à electricidade e combustíveis modernos reduz a carga física associada ao transporte de madeira e libera o tempo valioso, especialmente para as mulheres, ampliando as oportunidades de emprego.

Além disso, a iluminação das ruas melhora a segurança de mulheres e meninas durante a noite, permitindo-lhes frequentar escolas nocturnas e participar de actividades comunitárias. Os dados da Associação Regional das Universidades da África Austral (SARUA) mostram que mais homens que mulheres ingressam no ensino superior, apesar do facto destas últimas representarem mais de metade da população da SADC.

A Educação facilita a autonomia das mulheres e dos homens a participar mais plenamente nos processos de desenvolvimento e tomada de decisões, equipando-os com essas habilidades.





# ERGIA

## STRAL

## énio "falta"

### Energia e Saúde

A maioria dos alimentos necessitam de cozimento adequado e um melhor acesso à energia permite que as famílias possam ferver a água, reduzindo assim os casos de doenças de veiculação hídrica.

Reduzir a poluição do ar doméstico através de combustíveis e fogões de cozinha melhorados diminui o risco de infecções respiratórias, doença pulmonar obstrutiva crónica e cancro de pulmão que têm sido associadas aos fumos provenientes da queima de carvão.

Um melhor acesso à comunicação e energia desenvolve os serviços de transporte, que são fundamentais para os cuidados de saúde de emergência.

Os serviços modernos de energia e electricidade apoiam o funcionamento de clínicas e hospitais, o que pode reduzir a mortalidade materna e infantil, melhorar a saúde e tratar outras doenças, como malária, cólera e HIV e AIDS.

### Energia e o Ambiente

Fogões tradicionais e lareiras são os principais meios para cozinhar e aquecer usados por cerca de 70 por cento da população da SADC e a exposição a fumaça provoca milhares de mortes por ano, com as mulheres e crianças jovens sendo os mais afectados.

Essa fumaça também afecta o meio ambiente e contribui para as mudanças climáticas. Combustíveis fogões modernos e mais eficientes de cozinha podem aliviar as pressões sobre o ambiente causadas pelo uso não sustentável de biomassa.

Através do Programa de Conservação de Energia de Biomassa (ProBEC), da SADC, em parceria com o governo alemão, através do GIZ, estão sendo promovidos eficientes fogões de poupança de energia de madeira na região.

A experiência no Malawi mostrou que a metade de um tambor nshima cozida, um alimento de farinha de milho que é o alimento básico na maioria dos Países da SADC, pode usar até 170 kg de lenha em uma fogueira, enquanto a mesma quantidade de nshima utiliza 14 kg de madeira quando preparado sobre os fogões eficientes em termos energéticos promovidos pelo ProBEC. r



### Objectivos e Metas

#### Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome

*Meta 1:* Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar norte-americano por dia

*Meta 2:* Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome

#### Objectivo 2 Atingir o ensino básico universal

*Meta 3:* Garantir que, até 2015, todas as crianças, rapazes e raparigas, concluam ensino primário completo

#### Objectivo 3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

*Meta 4:* Eliminar a disparidade de género na educação primária e secundária preferencialmente até 2005 e em todos os níveis de ensino até 2015

#### Objectivo 4 Reduzir a mortalidade infantil

*Meta 5:* Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco

#### Objectivo 5 Melhorar a saúde materna

*Meta 6:* Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna

#### Objectivo 6 Combater o HIV e SIDA, a Malária e outras doenças

*Meta 7:* Até 2015, parar e começar a reverter a propagação do HIV e SIDA

*Meta 8:* Até 2015, parar e começar a inverter a incidência da malária e outras doenças graves

#### Objectivo 7 Garantir a sustentabilidade ambiental

*Meta 9:* Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais

*Meta 10:* Reduzir para metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável

*Target 11:* Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados

#### Objectivo 8 Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

*Meta 12:* Continuar a desenvolver um sistema financeiro aberto, baseado em regras, previsível e comércio não discriminatório (inclui compromisso com a boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza - tanto a nível nacional e internacional)

*Meta 13:* Atender às necessidades especiais dos Países menos desenvolvidos

*Meta 14:* Atender às necessidades especiais dos países sem litoral e os pequenos Estados insulares

*Meta 15:* Tratar globalmente o problema da dívida dos Países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a dívida sustentável a longo prazo

*Meta 16:* Em cooperação com os Países em desenvolvimento, formular e implementar estratégias para o trabalho decente e produtivo para os jovens

*Meta 17:* Em cooperação com empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos a preços acessíveis nos Países em desenvolvimento

*Meta 18:* Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, especialmente para a comunicação de informação.

[www.undp.org](http://www.undp.org)

## África e a sua Diáspora tomam medidas para reforçar a cooperação

por Danai Majaha

A UNIÃO Africana (UA) e representantes da diáspora Africana acordaram na criação de grupos de trabalho com variados integrantes para reforçar a cooperação nas áreas da economia e da colaboração tecnológica, incluindo medidas para promover a utilização generalizada de produtos de energia renovável e tecnologias e pesquisas na agricultura.

Esta decisão foi tomada no final da primeira Cimeira Mundial da Diáspora Africana organizada pela Comissão da UA, que decorreu na África do Sul de 23-25 de Maio.

Foi acordado que os grupos de trabalho, composto por especialistas do continente e sua diáspora, entrarão em actividade antes da próxima cimeira, para focalizar no fortalecimento de medidas para a cooperação económica e ciência e tecnologia.

Algumas das áreas identificadas para a cooperação incluem o desenvolvimento de infra-estrutura em África, melhoria das ligações de transporte entre os Países africanos, bem como medidas para reforçar o comércio e o investimento entre os Estados membros.

Outro grupo de trabalho também será formado para enfrentar os desafios da África na área de promoção do turismo no contexto da publicidade negativa internacional sobre o continente.

Na área de ciência e tecnologia, a cimeira decidiu criar uma comissão para promover a investigação em tecnologias de energia renovável, doenças infecciosas e produção agrícola.

A agenda de integração regional da África é actualmente afectada por um baixo nível de ligação das redes de infra-estruturas e pelo fraco acesso aos serviços de energia e informação.

O consumo de produtos de energia renovável e tecnologias tem sido lento em África, apesar dos recursos abundantes para produzir tais produtos. Por exemplo, uma pesquisa mostrou que a maioria dos Países do continente recebe mais de 2.500 horas de sol por ano, uma vez que há sol em todo o ano.

Foi observado que, embora o conhecimento sobre tecnologia de energia solar seja generalizada no continente, o seu uso ainda é limitado devido aos custos proibitivos de instalação.

Com todas as suas vantagens, a instalação de sistemas solares não é barata, chegando a um sistema para uma casa típica na região a custar entre os 500 e 1.000 dólares norte-americanos, segundo o Banco Africano de Desenvolvimento.

Realizada sob o lema "Rumo à Realização de uma África e sua diáspora unida e próspera", a cimeira também veio com um programa de acção que vai ver o envolvimento directo da Diáspora Africana nos esforços de desenvolvimento no continente e sua categorização como a sexta região do continente.

Também resolveu explorar a possibilidade de criação de um Fundo Africano de Investimento para enfrentar os desafios de desenvolvimento que afectam a África.

As necessidades totais de infra-estruturas para o continente nos próximos 10 anos estão estimadas em cerca de 60 bilhões de dólares norte-americanos.

A cimeira concordou em encorajar os Estados Membros da UA a estabelecer relações mais formais com as Caraíbas e nações da América Latina, que albergam milhões de pessoas de descendência Africana.

O proposto Conselho Consultivo da Diáspora irá tratar de questões globais de interesse para a África e sua diáspora, tais



Membros da UA e da Diáspora Africana

como acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Ocidente durante a Conferência Mundial de 2001 contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância (CMCR).

As nações ricas ocidentais e instituições financeiras multilaterais prometeram, entre outras questões, promover o investimento nas suas antigas colónias africanas, a fim de erradicar a pobreza entre as vítimas de racismo, e desenvolver programas de capacitação para os africanos e pessoas de ascendência Africana nas Américas e em todo o mundo.

Falando durante a sessão de encerramento da cimeira, o Presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, disse que o resultado da reunião deve servir para motivar os cidadãos do continente que o destino de África está nas mãos dos africanos, estejam eles em casa ou no exterior.

"As resoluções que tomamos na cimeira demonstram que os africanos são mais do que capazes de levar, com sucesso, o seu destino nas suas próprias mãos", disse Zuma.

A cimeira e o programa de acção subsequente desenvolvido, procurou basear-se nas resoluções da 18a Cimeira da

UA realizada na Etiópia, em Fevereiro, onde os líderes africanos concordaram em acelerar o desenvolvimento de infra-estruturas, que é considerado como um dos pilares da agenda de integração económica do continente.

De acordo com a Declaração sobre o Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África, emitida em Fevereiro, os líderes africanos concordaram em aumentar o financiamento público de infra-estruturas, implementar projectos de energia importantes, como a hidroeléctrica, refinarias de petróleo e gasodutos, acelerar a construção das ligações perdidas e modernização dos caminhos-de-ferro, e aumentar a capacidade dos portos.

A declaração instou aos Países africanos para desenvolverem novas fontes de energia renovável e para fornecer energia limpa, confiável e acessível, bem como a energia nuclear para uso pacífico.

A UA também identificou o aumento do comércio intra-Africano como outro pilar importante da sua agenda de integração regional que visa o estabelecimento de uma área de livre comércio continental até 2017. r

## Os Estados-Membros desenvolvem planos de acção nacionais para as metas de igualdade de género

por Mukundi Mutasa

**ESTADOS MEMBROS** da SADC acordaram medidas para acelerar o progresso em direcção a meta de representação igual de homens e mulheres na vida política e outras estruturas de decisão até 2015, incluindo o desenvolvimento de planos de acção nacionais.

Durante um seminário de dois dias organizado pela Unidade de Género da SADC em Johannesburgo, África do Sul, com o tema "Equilibrando a escala para 50:50 até 2015", os delegados deliberaram sobre como os Estados-Membros da SADC podem lidar melhor com as questões da desigualdade nacional de género na tomada de decisão.

A meta de paridade de género de representação igual, até 2015, está prevista no Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento e, embora o protocolo ainda esteja por entrar em vigor, este está alinhado com as metas estabelecidas pela Cimeira da União Africana de Chefes de Estado e de Governo em 2004 e da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC em 2005.

O seminário teve como objectivo facilitar a partilha de experiências pelos Estados-Membros sobre as medidas que foram postas em prática para acelerar a consecução da igualdade de género até 2015, proporcionando uma plataforma para os Estados-Membros desenvolverem os seus roteiros nacionais com acções concretas a serem tomadas para implementar o Quadro 50:50 até 2015.

Os delegados representaram os 14 Estados Membros da SADC, excluindo Madagáscar, que está actualmente suspenso. Os parceiros da Unidade de desenvolvimento do Género da SADC também estiveram representados.

A reunião decidiu iniciar consultas a nível dos Estados-Membros para galvanizar os

esforços nacionais através da domesticação de vários compromissos regionais e internacionais assumidos pelos Países no que diz respeito à igualdade de género e autonomia das mulheres.

Estados-membros também decidiram finalizar o processo de desenvolvimento de roteiros nacionais das actividades e programas que pretendem implementar caso pretendam cumprir o prazo de 2015.

O processo para o desenvolvimento de roteiros nacional começou durante o seminário, quando as partes interessadas dos Estados-Membros desenvolveram os projectos que foram discutidos lá.

Os Estados-Membros acordaram em continuar a desenvolver os roteiros dos projectos através de um processo de consultas nacionais para assegurar a a integração de contribuições de todos os intervenientes e principais parceiros.

*"Equilibrando a Escala  
para 50:50  
até 2015"*

A maioria dos países identificou campanhas e advocacia como a principal actividade que iriam embarcar nos próximos três anos para garantir que haja um consenso nacional sobre a necessidade de igualdade de representação e participação de mulheres e homens nas estruturas de tomada de decisões.

Eles também concordaram em fortalecer os programas de capacitação para mulheres e de capacitação de género para as principais estruturas e instituições nacionais, bem como envolver todos os partidos políticos a adoptarem estratégias de paridade de género, partilhar

activamente as melhores práticas e assegurar o acompanhamento dos resultados.

O Secretariado da SADC e os seus parceiros de cooperação, como o Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC) e o Fórum Parlamentar da SADC foram encorajados a reforçar a investigação para resolver os impedimentos para a participação plena e igualitária

da mulher na tomada de decisão; garantir a recolha sistemática, agrupamento, análise e apresentação de dados sobre mulheres em cargos políticos e de tomada de decisão; intensificar os esforços para partilhar as boas práticas e experiências, e reforçar a advocacia e programas de pressão através de parlamentos da região. r



### Perfil

## Monique Ohsan-Bellepeau

**MONIQUE OHSAN-Bellepeau, GOSK**, foi nomeada Presidente interina das Maurícias a 31 de Março de 2012 na sequência da demissão do ex-Presidente Anerood Jugnauth, tornando-se a primeira mulher Chefe de estado na SADC.

A segunda é Sua Excelência Joyce Banda, a nova Presidente do Malawi, que foi empossado, apenas uma semana depois, a 7 de Abril, e foi retratado na anterior edição da revista África Austral Hoje.

A senhora Bellepeau é uma ex-jornalista, nascida nas Ilhas Maurícias em 1942, e foi a primeira locutora e repórter da televisão nacional, 1965-67, retornando ao posto de 1987-93.

Durante uma carreira de 30 anos no sector público e privado, trabalhou para várias agências e organizações, incluindo a Câmara de Comércio das Maurícias, e foi directora da empresa até sua nomeação como Vice-Presidente a 13 de Novembro de 2010.

Ela se tornou a primeira mulher do País a ser vice-presidente quando foi eleita por



Sua Excelência Monique Ohsan-Bellepeau



Sua Excelência Joyce Banda

unanimidade por todos os membros da Assembleia Nacional após a morte do vice-Presidente Angidi Chettiar.

Ela se juntou ao Partido Trabalhista das Maurícias em 1990 e tornou-se membro do Comité Executivo Central. Ela era membro do Parlamento no quinquénio 1995-2000, e Secretária parlamentar 1997-2000. Ela foi Presidente do partido trabalhista de 2007-2010.

A senhora Bellepeau foi educada em Quatres Bornes, Ilhas Maurícias, e é a filha de Bartholomée Ohsan, que foi membro fundador do partido.

Ela foi casada com o Senhor Joseph Yves Bellepeau e tem dois filhos.

Em 1997, ela foi premiada com a insígnia de Grande Oficial da Ordem da Estrela e Chave do Oceano Índico (GOSK). r

## SADC vai rever a Declaração de Windhoek sobre uma nova parceria SADC-ICP



A SADC revelou planos para rever o seu acordo de 2006 com Parceiros de Cooperação Internacional (ICPs) como parte dos esforços para fortalecer a cooperação SADC-ICP e facilitar o funcionamento mais eficaz das estruturas de parceria.

A revisão da Declaração de Windhoek sobre uma nova parceria SADC-ICP, anunciada pelo Secretário Executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão, durante um seminário de revisão intercalar da estratégia do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, realizada no Botswana, pretende trazer actores não-estatais para o fomento da integração regional.

"Vamos acelerar os esforços no sentido de uma ampla revisão da Declaração de Windhoek, com vista ao reforço da cooperação SADC-ICP e facilitar o funcionamento eficaz das estruturas de parceria. Será necessário intensificar as conversações para a integração de actores não estatais no fomento da integração regional", disse Salomão.

Ele, no entanto, não revelou quando é que a revisão iria começar e quanto tempo deverá durar.

A Declaração de Windhoek sobre uma nova parceria SADC-ICP foi adoptada na Conferência Consultiva da SADC na Namíbia em 2006 e tem orientado a cooperação entre a SADC e os ICPs, estabelecendo uma estrutura institucional para o diálogo sobre questões políticas, técnicas, assim como melhorar a coordenação entre as partes para garantir mais cooperação para o desenvolvimento eficaz.

Também garantiu o alinhamento, harmonização e racionalização dos procedimentos operacionais, regras e outras práticas no fornecimento de assistência ao desenvolvimento da SADC, bem como sinergias e

complementaridade do apoio prestado aos níveis nacional e regional.

O quadro da parceria era necessário para uma mudança na política da União Europeia para o desenvolvimento. A UE tem desde 2005 uma nova política de desenvolvimento, o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, que define



os valores, objectivos, princípios e modalidades da ajuda comunitária ao desenvolvimento.

A luz da nova política de desenvolvimento, os Estados membros da UE decidiram aumentar os orçamentos nacionais de ajuda em pelo menos 0,7 por cento do rendimento nacional bruto dos

Países doadores respectivos até 2015, uma meta atingida anteriormente e que agora pode estar fora de alcance devido à crise financeira na Europa.

A SADC e os ICPs fizeram vários compromissos em termos de implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional da SADC (RISDP) e do Plano Indicativo Estratégico do Órgão de Política, Defesa e Segurança (SIPO).

O RISDP e SIPO são planos da SADC de 15 anos e traçam as prioridades regionais na área do comércio e da liberalização económica, desenvolvimento de infra-estrutura, segurança alimentar, desenvolvimento humano e social, prevenção de conflitos; e paz, estabilidade e segurança. r

## SADC e Japão reforçam a cooperação

A SADC assinou um Memorando de Cooperação com o Governo do Japão, que fornece uma estrutura para laços mais profundos e uma cooperação mais estreita.

"O âmbito da cooperação a luz deste Memorando abrange várias áreas que incluem infra-estruturas, comércio, investimento, turismo, energia, tecnologia de informação e comunicação, agricultura, questões ambientais e diálogo político, entre outros," indicou a SADC num comunicado após a assinatura do acordo em Gaborone, em Abril.

O Japão já está activamente envolvido no programa de água e saneamento da SADC bem como em ciência e tecnologia, e desenvolvimento de infra-estruturas.

O memorando segue-se ao Seminário de Investimento Infra-estrutura Japão-SADC, realizado em Tóquio em Março, durante o qual as duas partes concordaram na criação de um grupo de

identificação do projecto e mecanismos de acompanhamento como parte das medidas para reforçar a implementação de projectos de infra-estruturas na África Austral.

Ficou acordado, entre outras questões, que o grupo de identificação do projecto e mecanismos de acompanhamento seria composto por representantes do Grupo de Embaixadores da SADC com sede em Tóquio (assistida pelo Secretariado da SADC) e o governo japonês (assistido pela comunidade empresarial japonesa).

O mecanismo de acompanhamento deve ser desenvolvidos e incorporados no ciclo de planeamento anual do Secretariado da SADC, a fim de assegurar a continuidade dos projectos.

O governo japonês reafirmou o seu apoio para a infra-estrutura da SADC, no âmbito



da Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento

Africano (TICAD) IV e da Declaração de Yokohama e do Plano de Acção de 2008.

Os projectos deveriam ser apresentados à Reunião Ministerial do TICAD realizada em Maio no Senegal, bem como na próxima reunião do Conselho de Ministros da SADC agendada para Moçambique em Agosto.

O aguardado lançamento do Plano Director de Infra-estrutura Regional da SADC ainda este ano poderá orientar o desenvolvimento de infra-estruturas fundamentais como transportes rodoviários, ferroviários e portos.

O plano permitirá a região desenvolver uma rede transfronteiriça de infra-estrutura eficiente, transparente e de baixo custo que promove o crescimento socioeconómico dos Estados-Membros. r

## Experimente a África Austral

### SADC vai rever o papel do RETOSA

A SADC resolveu rever o papel da Organização Regional do Turismo da África Austral (RETOSA) para garantir que este órgão se torne mais eficaz na promoção do turismo na região.

A RETOSA é um órgão da SADC responsável pela promoção e marketing do turismo na região.

Reúne 14 Estados-Membros - Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesotho, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe - e constitui uma

plataforma unificada para promover as atrações turísticas da região.

Reunido em Grand Baie, Ilhas Maurícias, na sua reunião anual, os Ministros da SADC responsáveis pelo Turismo destacaram a importância da cooperação regional na comercialização conjunta da SADC no âmbito da RETOSA.

Os ministros disseram que há necessidade de reexaminar, entre outros, a estrutura da RETOSA, seu financiamento, recursos, prioridades e posicionamento institucional para garantir que atenda os Estados-Membros e do

sector de forma eficaz, a fim de cumprir o seu mandato.

Os ministros aprovaram e indicaram que um estudo será conduzido para uma análise aprofundada sobre a forma de reestruturar a organização para se tornar mais eficaz, com vista a melhorar a competitividade da região como destino turístico.

Como um caminho a seguir, foi decidido que uma reunião extraordinária ministerial seja convocada em Dezembro de 2012 "para rever os resultados do processo de avaliação da RETOSA, com vista a

implementação de suas resoluções sem demora."

A SADC tem uma abundância de maravilhas naturais que dão à região uma vantagem comparativa. No entanto, pouco tem sido feito para aproveitar este potencial e aumentar as chegadas.

Por exemplo, os Estados-Membros da SADC ainda tem lacunas em infra-estrutura turística e não têm capacidade para investir em tais instalações. Alguns Países também têm pobres de frequência de voos internacionais e ligações de transportes internos.

Enquanto isso, um relatório sobre o desempenho do sector do turismo da África Austral, apresentado aos ministros, apela para uma revisão e harmonização das estruturas existentes e estratégias para o crescimento e desenvolvimento do turismo na região.

É neste contexto que o ambiente turismo regional está enfrentando uma crescente concorrência de destinos turísticos emergentes. Assim, torna-se crucial que a região enfrente esses desafios enfrentados através da formulação e implementação de uma estratégia de desenvolvimento e crescimento do turismo regional.

Os ministros disseram que há necessidade de expandir o marketing conjunto da região da SADC, mostrando-a como um destino único e multifacetado para os mercados emergentes como o Brasil, China, Índia e Rússia, para onde um roteiro de pacotes turísticos tem de ser desenvolvido e devidamente apresentando.

Os ministros também aprovaram o novo lema da RETOSA para o fomento do turismo regional que é "Experimente a África Austral". Esta marca será lançada e divulgada em Setembro de 2012. r



## SADC faz progressos para liberalizar o transporte aéreo

A ÁFRICA Austral está a fazer progressos significativos no sentido da implementação integral da decisão Yamaoussoukro (YD) sobre Liberalização dos Transportes Aéreos, de acordo com a reunião de Ministros de Turismo da SADC, em Grand Baie, Maurícias.

Os ministros observaram que a promulgação de políticas que apoiam a implementação da YD era necessária para impulsionar o turismo na região, bem como adequadas reformas legais e institucionais que facilitem a liberalização do espaço aéreo.

"Os Estados-Membros têm feito progressos substanciais nas reformas que levaram à promulgação de políticas que apoiam a implementação da YD, adequadas reformas legais e institucionais para facilitar o

processo de liberalização, e que uma maior liberalização dos espaços aéreos era necessária caso se pretenda ter eficientes destinos turísticos", disseram os Ministros numa declaração após a sua reunião.

Aprovada há alguns anos atrás, a YD incentiva os Países a liberalizar os seus serviços aéreos e promover os mercados aéreos regionais à concorrência transnacional.

No entanto, receava-se que esta liberalização dos céus poderia expor as não-competitivas transportadoras nacionais de normas

operacionais que não conseguiriam satisfazê-las, portanto, empurrando-as para fora do negócio.

Apesar disso, os países da SADC têm continuado a implementar a YD para melhorar a segurança aérea e promover o crescimento económico.

Com relação às chegadas, a YD tem a capacidade de aumentar as chegadas de turistas uma vez que uma política de céu aberto, garantiria que os visitantes de outros mercados de origem visitassem a região.

Os ministros instaram os Estados-Membros para continuarem a desenvolver infra-estruturas e implementar outros projectos de facilitação de fronteira ao longo dos corredores da SADC para impulsionar o turismo na região. r





## Aliança da oposição forma novo governo após as eleições inconclusivas no Lesotho

por Joseph Ngwawi

O CONGRESSO Democrático (DC) do ex-Primeiro-Ministro, Pakalitha Mosisili, obteve vitória nas eleições nacionais realizadas a 26 de Maio, no Lesotho, mas não conseguiu garantir uma ampla margem suficiente para formar um governo.

O DC ganhou 41 dos 80 círculos eleitorais disputados contra cerca de 26 assentos para o principal partido da oposição, a Convenção de Todo o Basotho (ABC), liderada pelo ex-chanceler Thomas Thabane, de acordo com os resultados finais divulgados pela Comissão Eleitoral Independente (IEC) do Lesotho.

O antigo partido no poder, o Congresso para a Democracia do Lesotho (LCD), só conseguiu 12 assentos, enquanto a Frente Popular para a Democracia (PFD), liderada por Lekhetso Rakuoan, obteve um lugar.

No entanto, devido ao complicado sistema eleitoral do Lesotho, o DC não conseguiu ganhar votos suficientes para formar um novo governo.

O Lesotho usa um sistema eleitoral de "representação proporcional misto dos membros" em que a maioria dos membros do Parlamento são escolhidos em círculos eleitorais, mas os restantes são alocados de acordo com as listas partidárias.

A luz deste sistema, 80 parlamentares são escolhidos num único círculo eleitoral através do sistema voto directo, enquanto os restantes 40 são eleitos por um círculo eleitoral nacional do partido utilizando listas de representação proporcional.

A última modalidade é usada para determinar o número de assentos que cada uma das partes recebe, caso o sistema seja totalmente proporcional. O número total de votos expressos nas urnas do partido é dividido pelos 120 assentos em disputa



Eleitores no Lesotho

na Assembleia Nacional para determinar quantos membros cada partido deve ter.

Usando este sistema, o DC teve um adicional de sete lugares totalizando 48 assentos, ou seja, apenas 40 por cento dos 120 assentos parlamentares. Assim, este partido ficou aquém dos 61 assentos necessários para formar um governo.

Mosisili renunciou depois dos líderes da ABC, LCD e do Partido Nacional do Basotho (BNP) terem feito uma aliança o que lhes conferiu uma maioria absoluta no parlamento e o direito de formar um governo de coligação.

O acordo viu o líder da ABC, Thomas Thabane, a se tornar Primeiro-Ministro, enquanto o presidente do LCD, Mothetjoa Metsing, tornou-se vice-primeiro-ministro. O líder do BNP, Thesele Maseribane, cujo partido tem cinco lugares, foi nomeado Ministro da Juventude, Desportos e Recreação, num Governo de 19 membros anunciado a 15 de Junho.

O Mosisili, 67 anos de idade, era Primeiro-Ministro do Lesotho desde Maio de 1998.

Mais de 900 candidatos, entre os 942 que foram designados por 18 partidos e 21 independentes, participaram nas eleições.

As eleições foram descritas como credíveis, livres e justas pela Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM).

"A SEOM considera que as eleições foram conduzidas de forma aberta e transparente. A SEOM ficou impressionada com a paciência dos eleitores que foram capazes de expressar o seu voto de forma pacífica, livre e sem intimidação em todas as assembleias de voto", disse o chefe da missão e Vice-Ministro de Relações Internacionais e Cooperação Sul-Africano, Ebrahim Ismail Ebrahim.

Algumas das preocupações levantadas pelas partes interessadas do Lesotho sobre

o processo eleitoral incluíram acusações de discrepâncias em relação as siglas partidárias e nomes de candidatos nos boletins de voto, problemas com as listas de eleitores, intimidação durante o processo eleitoral e polarização dos órgão de comunicação social.

A SEOM foi lançada oficialmente a 12 de Maio de 2012, por Ebrahim, na presença do Secretário Executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão, e outras partes interessadas no Lesotho.

Mais de 70 observadores do Secretariado da SADC, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia e Zimbábue foram enviados para todos os distritos do Lesotho.

O lançamento da SEOM foi feito a convite da IEC e em consonância com os dispositivos legais, princípios e Directrizes Reguladores de Eleições Democráticas na SADC. r

## Eleições angolanas marcadas para 31 de Agosto

AS ELEIÇÕES parlamentares angolanas estão marcadas para 31 de Agosto, de acordo com um decreto do Presidente José Eduardo dos Santos.

Dos Santos também anunciou a nomeação de Edeltrudes Costa como Presidente interino da Comissão Nacional Eleitoral (CNE). A antiga presidente da CNE teve que renunciar depois dos partidos da oposição terem contestado a sua nomeação uma vez que ela não é um juiz. A lei angolana exige que seja um juiz a dirigir a comissão.

A nomeação de candidatos foi planificada para decorrer a partir de 31 Maio até 19 Junho, de acordo com o Tribunal Constitucional do País.

Assembleia Nacional de Angola tem 220 membros, eleitos para um mandato de quatro anos, 130 membros por representação proporcional e 90 membros nos distritos das províncias.

A nova Constituição, aprovada em 2010 determina que o Presidente já não é eleito directamente, mas pela Assembleia Nacional, e que ele ou ela sai sempre do partido que obtiver o maior número de votos nas eleições parlamentares.

As últimas eleições parlamentares realizadas em Setembro de 2008 foram ganhas pelo Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), liderado por José Eduardo dos Santos. r

## Diário de Eventos Junho-Agosto 2012



**ÁFRICA AUSTRAL HOJE**  
SADC HOJE Vol 14 No 4 Junho 2012

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guião para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

**Comunidade para o desenvolvimento da África Austral**  
Secretariado da SADC, SADC House,  
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana  
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070  
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

**EDITOR**  
Munetsi Madakufamba

**COMITÉ EDITORIAL**  
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu, Stalin Tazvitya, Phyllis Johnson, Patience Ziramba, Ndiyahvonga Ndou, Tanyaradzwa Chiwara, Danaí Majaha

**ONSELHO EDITORIAL**  
Chefe da Unidade de Comunicação da SADC  
Leefa Penehupifo Martin

**TRADUTOR**  
Bonifácio António

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2012

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet [www.sardc.net](http://www.sardc.net) Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a [www.sadc.int](http://www.sadc.int)


**COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO**  
Tonely Ngwenya

**FOTOS E ILUSTRAÇÕES**  
P1 human-3d.com, filmwerkstatt.com, informafrica.com, namport.com, amazingvictoriafalls.com; P5 talkzimbabwe.com; P6 zeitnews.org, usmra.com, si.edu.gif, cbd.int; P7 hiteforums.com, enderra.com, craftingchaos.com, teearth.com; P8 solarfine.com; flickr.com; P10 Mukundi Mutasa; P12 rollingout.com, looksharpstore.co.nz.gif, kpmsupply.com; P13 airplane-pictures.net, offshoreodysseys.com, postcolonialwen.org, animaldiscoveryonline.com; P14 library.thinkquest.org, mg.co.za; P16 zazzle.co.nz, focusinafrica.com

**Subscreva Hoje**  
**ÁFRICA AUSTRAL HOJE** está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

**Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral**  
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,  
Harare, Zimbabwe  
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271  
E-mail [sadctoday@sardc.net](mailto:sadctoday@sardc.net)  
[www.sardc.net](http://www.sardc.net) Conhecimento para o Desenvolvimento

Junho  
7, Ethiopia

### Lançamento da 5ª Perspectivas Global do Meio Ambiente (GEO 5)

A GEO 5, publicada pelo Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA), fornece uma análise da situação e das tendências globais no meio ambiente e desempenho do mundo em atingir os principais objectivos acordados internacionalmente para promover o meio ambiente. A contribuição da região da SADC foi produzida pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) como Centro Colaborador do PNUMA para a África Austral.

13-22, Brasil

### Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

A conferência, no Rio de Janeiro, oferece uma oportunidade para a comunidade global renovar os seus compromissos na promoção do desenvolvimento sustentável e enfrentar os novos e emergentes desafios, tais como as mudanças climáticas. A conferência analisará os progressos alcançados desde a primeira Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro em 1992 e pela Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul, em 2002.

26-28, Alemanha

### Fórum Africano de Energia

Especialistas em energia irão explorar as formas que a África, como um dos mais rápidos mercados emergentes do mundo, pode satisfazer a crescente demanda de energia para assegurar o desenvolvimento sustentável.

Julho  
2-5, África do Sul

### Pontes em África

A conferência vai discutir as oportunidades e os desafios no desenvolvimento e manutenção de pontes e redes rodoviárias em África.

6-13, Seychelles

### 49ª Reunião da RETOSA

A Organização Regional do Turismo da África Austral (RETOSA) vai se reunir para discutir a estratégia para promoção do turismo na África Austral. Delegados de 14 Estados membros da RETOSA vão discutir questões relativas ao crescimento do turismo regional e estratégias, incluindo as infra-estruturas turísticas regionais um plano de turismo para a região.

11, Namíbia

### Conferência do ZIZABONA

A conferência pretende atrair investidores para o projecto ZIZABONA. Vai analisar as linhas de transmissão ligando quatro países da SADC - Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Namíbia - e procurar reduzir o congestionamento no corredor central.

15-16, Ethiopia

### 19ª Cimeira da União Africana

Chefes de Estado e de Governo vão se reunir na sua 19ª Sessão Ordinária da União Africana, precedida de conferências sobre "Reforço do Comércio Intra-Africano" e "2012 Ano de valores partilhados".

16-19, África do Sul

### Congresso Africano sobre Mineração

O congresso vai se concentrar em encontrar os projetos de mineração direito e acesso ao financiamento e finanças na África e na garantia de uma produção eficaz e implementação de melhores práticas na mineração.

19-20, China

### 5ª Reunião do FOCAC

A 5ª Cimeira do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) deverá adoptar uma série de novas medidas e metas para a Cooperação de desenvolvimento China-África para o período 2013-2016 e um forte foco no desenvolvimento regional e da juventude.

Agosto  
Moçambique

### Cimeira da SADC

Os líderes da SADC reúnem-se anualmente em Agosto/Setembro para discutir questões que visam promover a integração e desenvolvimento regional. A Cimeira é precedida por reuniões de altos funcionários e do Conselho de Ministros.

27-30, África do Sul

### Energia Solar em África

Especialistas em energia irão convergir para discutir como aumentar a captação de energia solar.

# 50 Anos

## Independência de Moçambique 50 anos desde a formação da FRELIMO em 1962

A FRENTE de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi fundada em Dar es Salaam, então Tanganyika, em Junho de 1962, quando três organizações nacionalistas fundiram-se num único movimento de libertação de base ampla, sob a liderança de Eduardo Chivambo Mondlane.

FRELIMO lançou a luta armada pela independência de Portugal dois anos depois, a 25 de Setembro de 1964, quando quadros treinados na Argélia entraram em acção pela primeira vez na província nortenha de Cabo Delgado depois de se infiltrar na fronteira com Tanganica (que se fundiu com Zanzibar alguns meses antes, para formar a República Unida da Tanzânia).

Em 1965, a acção militar contra o exército colonial Português foi alargada para a vizinha província do Niassa, e a FRELIMO foi capaz de abrir frentes na região de Tete, dois anos depois. Em resposta, Portugal enviou mais e mais tropas, suprimentos militares, e fundos de ajuda militar ao território.

Mondlane foi assassinado a 03 de Fevereiro de 1969 com um pacote-bomba enviado a ele em Dar-es-Salaam pela polícia de segurança Portuguesa, a PIDE. Samora Machel tornou-se presidente da FRELIMO, em 1970 e dirigiu a luta de libertação, a conclusão das negociações de transição e independência a 25 de Junho de 1975, tornando-se o primeiro presidente de Moçambique.

Ele e o seu governo FRELIMO garantiram o apoio de Moçambique aos movimentos de libertação em Angola, África do Sul, Namíbia e Zimbabwe, servindo de retaguarda e criando outras facilidades, especialmente para o vizinho Zimbabwe e África do Sul.

Seu apoio incansável pela libertação dos países vizinhos levou a ser um alvo do apartheid da África do Sul, e foi morto quando o seu avião caiu do outro lado da fronteira Sul-Africano a 19 de Outubro de 1986, acreditando-se que tenha sido desviado da sua trajetória por um farol falso.

A FRELIMO e os outros movimentos de libertação receberam o apoio do Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana (OUA), baseado na Tanzânia, que coordenou apoio financeiro internacional e apoio material.

Um ponto de viragem na luta pela independência de Moçambique foi o golpe de estado em Portugal a 25 de Abril de 1974, quando o Movimento Português das Forças Armadas derrubou o regime militar em Lisboa.

Isto foi causado em parte pelo descontentamento de recrutas enviados de Portugal para lutar nos "territórios ultramarinos" em África, particularmente porque eles estavam perdendo a guerra contra a FRELIMO em Moçambique.

As negociações entre o Governo Português e os representantes da FRELIMO culminaram com a de um acordo assinado na Zâmbia, a 07 de Setembro de 1974, agora comemorada como o Dia da Vitória, marcando o início de uma transição liderada pelo então Primeiro-Ministro, Joaquim Chissano, que mais tarde foi presidente de 1986 a 2005.

Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, actual presidente de Moçambique, juntou-se a FRELIMO aos 20 anos, logo após o início da guerra e foi subindo até se tornar um membro da liderança de topo e um comandante na guerra. Guebuza foi eleito presidente em 2004 e reeleito em 2009.



## Lembrando Seretse Khama

O DIA Sir Seretse Khama é um feriado nacional para homenagear o presidente fundador do Botswana, Seretse Khama, que nasceu a 01 de Julho de 1921, em Serowe. Era filho de Sekgoma Khama e neto de Kgosi Khama III, Chefe do povo Bangwato. Ele se tornou o chefe depois da morte dos seus progenitores, aos quatro anos de idade, com o seu tio Tshekedi Khama actuando como regente.

Ele levou o seu País à independência a 30 de Setembro de 1966, terminando o seu estatuto de "protectorado" britânico e se tornando o primeiro Presidente do Botswana. Ele foi activo no agrupamento dos líderes dos Estados da Linha da Frente na África Austral que se opunham ao apartheid na vizinha África do Sul e apoiavam os movimentos de libertação na região. Ele era um dos principais defensores da integração regional e a sede da SADC está localizada em Gaborone, Botswana.

Khama morreu a 13 de Julho de 1980, logo depois de participar na formação da precursora da SADC, a Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), realizada no dia 01 de Abril desse ano. Ele deixou esposa, Ruth, e quatro filhos, um dos quais, o mais velho, Seretse Khama Ian Khama, tornou-se presidente do Botswana em 2008.

## FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Junho-Agosto 2012

5 Junho	Dia da Liberdade	Seychelles
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
18 Junho	Dia Nacional	Seychelles
23 Junho	Corpo de Cristo	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Dia da Independência	RDC
1 Julho	Dia de Seretse Khama	Botswana
2 Julho	Feriado Público	Botswana
	Dia dos Heróis	Zâmbia
3 Julho	Dia da Unidade	Zâmbia
6 Julho	Dia da Independência	Malawi
7 Julho	Dia da Indústria Saba Saba	Tanzânia
16 Julho	Dia do Presidente	Botswana
17 Julho	Feriado Público	Botswana
	Aniversário do Rei	Lesotho
22 Julho	Nascimento do Rei Sobhuza	Swazilândia
6 Agosto	Dia dos Agricultores	Zâmbia
8 Agosto	Dia dos Camponeses Nane Nane	Tanzânia
9 Agosto	Dia Nacional da Mulher	África do Sul
13 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
14 Agosto	Dia das Forças Armadas	Zimbabwe
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
17 Agosto	Dia da SADC*	Todos
19 Agosto	Eid-UI-Fitr**	Maurícias, Tanzânia
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
27 Agosto	Feriado Público	Namíbia

\*O Dia da SADC não é Feriado Público, assinala a assinatura do Tratado da SADC a 17 de Agosto de 1992

\*\*A data exacta depende da visualização da Lua